



O LYCEU PARAIBANO E O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Sérgio Rolim Mendonça

Acadêmico Emérito da Academia Paraibana de Engenharia (APENGE)

O primeiro censo realizado no Brasil foi efetuado no ano de 1872, o único no período monárquico (1840-1889). Somente em 1890, foi realizado o segundo censo, já no governo republicano. De acordo com dados do censo do IBGE de 1940, naquele primeiro levantamento de 1872 foi constatado que cerca de 82,3% da população brasileira era analfabeta.

O Lyceu Paraibano foi instituído em 24 de março de 1836, pela Lei No. 11, aproveitando-se as cadeiras de humanidades já existentes, destinado à instrução secundária e regulamentado pela Lei No. 13, de 19 de abril do ano seguinte.

A Lei No.11 definia: *A Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte decreta: Art. 1º: Fica estabelecido nesta cidade um Lyceu, que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e primeiro ano de Matemática, já criadas na mesma cidade.*

Foi criado pelo Estado sob o regime de externato gratuito, com a função de ministrar o ensino público em um curso com duração de sete anos, equiparado ao Ginásio Nacional. Seus alunos, aprovados no curso, estariam habilitados para os exames de madureza ao título de bacharel em ciências e letras, facultando-lhes também a matrícula nos cursos de ensino superior no país.

Por volta de 1913, o corpo docente desse educandário, composto pelos então denominados Lentes Catedráticos e suas respectivas Cadeiras, era assim constituído:

Corpo Docente	
Cadeira	Lente Catedrático
Latim	Francisco Xavier Junior (Diretor)
Português	Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão
Francês	Dr. Francisco Alves de Lima Filho

Inglês	Dr. Antônio Thomaz Carneiro da Cunha
Alemão	Ernesto Emilio Kauffman
Grego	Cônego Sabino Coelho
Matemática elementar	Dr. João da Silva Porto
Geometria geral, cálculo e geometria descritiva	Horácio Henriques da Silva
Mecânica e astronomia	Cônego Dr. Santino Maria da Silva Coutinho
Física e química	Farmacêutico José Francisco de Moura
Geografia	Dr. Thomaz de Aquino Mindello
Meteorologia, mineralogia e geologia	Dr. Odilon Fernandes de Carvalho
Biologia	Dr. Eugênio Toscano de Brito
Sociologia e moral	Dr. João Pereira de Castro Pinto
História universal	Dr. Gustavo Mariano Soares de Pinho
História do Brasil	Dr. Cícero Brasileiro de Moura
Literatura nacional	Tito Henrique da Silva

Rememoremos alguns dados do ensino em nosso país.

A primeira faculdade de Medicina criada no Brasil após a chegada de D. João VI, foi a Escola de Cirurgia da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, em Salvador. Pouco depois, em 2 de abril, outro decreto assinado pelo imperador por meio da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, criou a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo.

O surgimento dos primeiros cursos jurídicos no Brasil ocorreu entre os anos 1827-1828, com a criação de duas faculdades de Direito, uma em Olinda, que deu origem à Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, e outra em São Paulo, que originou a famosa Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, hoje da Universidade de São Paulo.

Dom Pedro II patrocinou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, modelo de excelência no ensino de alta qualidade. Foi, desde sua fundação, a matriz do ensino das humanidades ao longo de todo o reinado (1840-1889).

Após essas considerações, passo a expor minha experiência em relação à educação ministrada a alguns parentes e amigos nascidos no final do século XIX e começo do século XX:

Conheci vários deles que só tinham concluído o primário, porém sabiam bastante português (falar, ler e escrever corretamente, além de cultura erudita) e matemática suficiente para lidar com a vida prática. Outros, com pais mais abastados, puderam estudar medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (caso do meu tio e pai). Meu bisavô por parte de mãe, Joaquim Gonçalves Rolim, nascido em Cajazeiras, Paraíba, formou-se em Direito na Universidade de Recife, em 1889. Cajazeiras é a terra do Padre Inácio de Sousa Rolim (cujo livro mais famoso intitula-se “Gramática Grega”, publicado em Paris pela Imprensa Henrique Plox, em 1856) e é a cidade que se orgulha de haver ensinado a Paraíba a ler.

O neto de um amigo que estudou em uma das melhores escolas particulares de João Pessoa, quando cursava o penúltimo ano do curso Científico (hoje Curso Médio), uma vez me pediu para ajudá-lo a resolver problemas de trigonometria. Apresentou-me uma lista com 50 problemas para solucionar. A lista só apresentava problemas de difícil resolução (os que fazem parte dos vestibulares) e ele ainda não sabia nada sobre o tema, porque não havia sido ensinado, nem mesmo qual era a definição de um seno ou de uma tangente. Como um aluno com tal tipo de ensino poderia gostar de matemática? Que tipo de didática é essa? Posteriormente entendi exatamente como era que funcionava esse sistema de ensino.

Entendi, então, qual era a estratégia desses colégios. Normalmente eram matriculadas anualmente entre dez e doze turmas de 50 alunos na última série do Curso Médio. A cada ano letivo era realizado um teste de português e matemática para todos os alunos candidatos à matrícula na última série. Os primeiros 50 alunos melhor classificados no teste eram selecionados em uma turma, cujos professores eram os melhores do colégio.

O restante dos alunos era dividido entre as demais turmas da última série. O colégio exigia a todos uniformemente, e os menos capacitados tiravam notas baixas, e muitos, por falta de apoio do próprio colégio, continuavam sem aprender e com medo de serem reprovados. A famosa segunda época não existe mais. No fim de cada ano, o Conselho dos professores do colégio se reunia e aprovava a maioria, cujo nível era, logicamente, mais baixo. Por outro lado, a turma dos 50 era aprovada nos mais difíceis vestibulares de medicina, engenharia, direito etc. E o colégio continuava com sua fama de excelente ensino.

Imaginem o nível de ensino de muitas escolas públicas atualmente! Isto, para mim, não é método de aprendizagem. Que tipo de didática é essa? Os alunos deficientes necessitam de mais apoio para poder avançar. Que diferença do Lyceu Parahybano de muitas décadas passadas! Comparem o nível da grade de ensino do Lyceu há mais de um século com as escolas de hoje.

No Jornal da USP, de 13 de novembro de 2020, foi publicado que 29% da população brasileira tem dificuldade para ler textos e aplicar conceitos de matemática, ou seja, são considerados analfabetos funcionais.

Qual será o futuro de nossos netos no ano 2050, sabendo que, no segundo trimestre de 2021, a população de jovens na faixa etária até 29 anos que não estuda nem trabalha (os nem-nem) era de 30%, correspondendo a 12,3 milhões de pessoas? Quem sustentará os aposentados?

A taxa de analfabetização mais atualizada no Brasil foi divulgada pelo IBGE em 2022 na última Pesquisa por Amostra de Domicílios. Das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Entre as unidades da federação, as três maiores taxas de analfabetismo foram observadas no Piauí (14,8%), em Alagoas (14,4%) e na Paraíba (13,6%) e as menores, no Distrito Federal (1,9%), Rio de Janeiro (2,1%) e em São Paulo e Santa Catarina (ambos com 2,2%).

Um levantamento da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) aponta que apenas 31% das escolas públicas brasileiras têm biblioteca. A informação se baseia no Censo Escolar de 2022. Os Estados que registram menor porcentual de alunos matriculados em escolas com bibliotecas são Acre (13%), São Paulo (16%) e Maranhão (29%). Já Minas Gerais (82%), Rio Grande do Sul (76%) e Paraná (73%) têm mais estudantes com livros à disposição. Desde 2010, o Congresso aprovou, em 2010, lei para universalizar bibliotecas na rede pública de ensino em uma década. O prazo ainda não foi cumprido (Estadão, 18/02/2024).

A conclusão óbvia é que a única maneira possível para se recuperar a educação no Brasil será com a valorização e capacitação continuada do professor. Aliada ao estabelecimento de condições para o ensino gratuito, inicialmente no primário, em expediente integral, a todos os brasileiros que não possuam condições financeiras para tal fim.

O Brasil possui um dos sistemas de ensino mais perversos do mundo. As melhores universidades públicas pertencem ao governo e são grátis. Porém, só quem chega lá são os

filhos de pais abastados que podem financiar todo o ensino básico – Fundamental e Médio – em escolas privadas.

Referências

PINTO, I. F. *Datas e Notas para a História da Paraíba, Vol. 2*, Ed. Universitária da UFPB, Coleção fac-similar do CEJUS, João Pessoa, 2019.

CAVALCANTI, M. T. *História da Parahyba para uso das Escolas Primárias*, Imprensa Oficial, Parahyba, 1914